

Rio



CORTE NOS GASTOS DO GOVERNO
Menos uso da descarga e banho curto
Bombeiros do Rio orientam seus militares a reduzir o consumo de luz e água



OS 'SEM PADRINHO'

Alerj se recusa a explicar quem indicou para a Casa investigados por assassinato



JÉSSICA MARQUES, FELIPE GRINBERG E CARMELO DIAS
globe@globo.com

A sessão de ontem da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) parecia apenas mais uma, entre tantas, na rotina dos parlamentares, mas pairava no ambiente o peso de uma pergunta repetida há dias — e ainda sem resposta: “Quem indicou Cezar Daniel Mondegão de Souza e Eduardo Sobreira Moraes para cargos na Assembleia?” Os dois, presos desde terça-feira, são investigados por participação na morte do advogado Rodrigo Marinho Crespo, assassinado no centro do Rio.

A lista dos 12 projetos em pauta incluiu a concessão da Medalha Tiradentes para Marcos Vinicius Vasconcelos (jovem que salvou mãe e duas filhas em um temporal na Baixada, em fevereiro) e a instituição do “Dia Estadual da Cavalgada”. O que mais cha-

mou atenção, no entanto, foi a instalação de uma espécie de cercadinho, com grades separando jornalistas e assessores do espaço ocupado pelos 70 deputados. Também causou estranheza a presença de seguranças que impediam a movimentação pela escada, entre os andares da Casa, além da ida aos gabinetes. Até uma simples ida ao banheiro era motivo de “escala”.

A mudança de hábito aconteceu um dia depois de o presidente Rodrigo Bacellar (União) ser preso, no plenário, para responder à pergunta fatídica.

BASTIDORES QUENTES

À medida que se aprofunda a investigação, os bastidores, ontem, pelas redes sociais, o ex-governador Anthony Garotinho ligou Cezar Daniel ao ex-deputado Marco Antônio Cabral, que tem cargo na Alerj e ganha R\$ 9 mil mensais líquidos. Os dois aparecem juntos



Detalhes. No plenário (acima), a rotina parecia ser a de um dia normal, exceto por mudanças como a instalação de grades isolando o espaço dos parlamentares

em uma foto de campanha de Cabral nas eleições de 2022. Ao GLOBO, o ex-deputado negou que tenha indicado qualquer um dos dois ao cargo e afirmou que vai processar Garotinho, que é rival político da família Cabral e de Bacellar.

— Nunca indiquei ninguém para cargo na Alerj, até porque não tenho nem como fazer isso. Fui convi-

dado no início do ano passado para trabalhar lá — disse. Na Assembleia, Marco Antônio Cabral atua diretamente na presidência junto a Rodrigo Bacellar. Uma de suas principais funções é trabalhar na articulação e no atendimento a prefeitos e vereadores que buscam o gabinete do presidente da Casa.

Cezar Daniel Mondegão de Souza ocupava cargos no go-

verno do estado desde 2008, e, desde 2019, estava na Alerj. Lá, foi nomeado na Direção de Patrimônio da Casa e exonerado, a pedido, na quinta-feira passada. No mesmo dia, Eduardo Sobreira foi indicado para substituí-lo, mas teve a nomeação revogada quando a suspeição de seu envolvimento no crime tornou-se pública.

A questão incômoda envolve outros nomes. O diretor de Patrimônio, Luiz Antônio Rocha de Assunção Filho, foi nomeado para o cargo em maio do ano passado. Ele deixou a vaga de assessor na Presidência para Susana Neves Cabral, ex-mulher de Sérgio Cabral Filho e mãe de Marco Antônio Cabral. Rocha já foi vereador em Valença, no Sul Fluminense, e candidato a deputado estadual em 2014.

SITUAÇÃO INÉDITA

Ontem, o presidente da Alerj não atendeu a imprensa. A sessão começou com atraso de 30 minutos, e Bacellar deixou o plenário, passando a presidência para Manoel Inácio Brazão (União), 1º vice-presidente da Casa. Nem em votações polêmicas, como a que autorizou o retorno da deputada Lucinha (PSD), a medida foi tomada. O GLOBO apurou que a determinação de cercar o plenário foi do presidente da Alerj, para evitar abordagens inesperadas.

O deputado estadual Carlos Mitre (PSB), decano da Casa, disse ter estranhado a nova composição.

— Nunca tinha visto o cercadinho. Perguntei a funcionários e a alguns deputados e ninguém conseguiu me explicar o motivo de ter sido instalado — contou.

Em nota, a Alerj informou que a instalação “medida de forma provisória, que tem a função de organizar e otimizar melhor o espaço e a circulação no plenário, delimitando a área reservada a deputados e deputados. Isso ocorre em outras casas legislativas e demais órgãos públicos”.

De acordo com a polícia, Cezar e Eduardo monitoraram a vítima a menos três dias antes da execução e também no dia do crime. Para seguir Rodrigo Marinho no percurso feito da casa onde morava, na Lagoa, Zona Sul do Rio, até o escritório, no Centro, a dupla teria usado um Gol branco com as mesmas características de outro veículo usado pelos executores.

PM suspeito da morte de advogado tem prisão mantida

Testemunha diz que Leandro alugava carros para coletar dinheiro de caça-níqueis

ROBERTA DE SOUZA
E MARCOS NUNES
globe@globo.com

O policial militar Leandro Machado da Silva, suspeito de participar da morte do advogado Rodrigo Marinho Crespo, assassinado a tiros no centro do Rio no último dia 26, teve a legalidade de sua prisão temporária confirmada ontem, durante audiência de custódia realizada em Benfica, na Zona Norte. A informação é do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O PM havia sido preso na véspera, após se apresentar na Delegacia de Homicídios da Capital (DHC).

No último domingo, Leandro Machado teve a temporária decretada por um juiz do plantão judiciário. Ele agora vai ficar à disposição das autoridades judiciais no Batalhão Especial Prisional da PM.

ELCO COM A CONTRAÇÃO

De acordo com as investigações, o policial militar seria responsável por coordenar a logística do crime — ele teria providenciado os dois carros usados na ação. Anteriormente, em uma locadora de veículos, a Polícia Civil encontrou fichas de aluguel, atribuídas a Leandro Machado da Silva,

que sugerem uma relação entre PM e contravenção. Em depoimento, um funcionário do estabelecimento apontou que Machado usava carros alugados para recorrer dinheiro de caça-níqueis em Duque de Caxias. A partir dos documentos, foi identificada uma ligação do PM com Vinicius Drumond, vice-presidente da Impetratriz Leopoldinense.

A investigação da polícia aponta que o PM utilizou um “laranja” para alugar os carros. Documentos associados a Vinicius Drumond eram colocados na pasta atribuída a Leandro, identi-



Investigado. PM responde pela morte do advogado Rodrigo Marinho Crespo

ficados por palavras como “Segurança Caxias”, “Vinicius Drumond”, e “Vinicius Zoológico”. Os policiais também verificaram que Machado usava um número internacional para se comunicar com o dono da locadora. De acordo com os agentes, esse é um artifício usado por integrantes de organizações criminosas. No aplicativo de mensagem, o número de Machado aparecia com o nome de “Alfredo” e a foto de um abacaxi.

Durante o depoimento do

responsável pela locadora na Delegacia de Homicídios, a polícia constatou que Vinicius Drumond “ficava ligando insistentemente” para o seu telefone.

Dado como foragido, Leandro Machado chegou à DHC às 10h30 da última terça-feira, acompanhado de seu advogado, que negou qualquer participação dele no crime. De acordo com a Polícia Militar, Leandro está afastado do serviço nas ruas por responder a inquérito por participação em organização criminosa. Ele foi preso preventivamente em abril de 2021.

Em nota à imprensa, o advogado de Vinicius Drumond, Carlos Lube, afirmou que “nunca, jamais, em tempo algum” seu cliente manteve vínculo profissional ou pessoal com Leandro Machado da Silva. O posicionamento diz ainda que Vinicius “sempre cumpre o policial”.